



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO
RAMALHO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo: TC-4499.989.23-4

Origem: Prefeitura Municipal de Olímpia.

Assunto: Contas Municipais – Exercício de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA, devidamente qualificada nos autos, por meio de seus advogados abaixo subscritos, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, em atendimento ao r. despacho (evento 145.1), publicado no DOE/TCESP em 18 de setembro de 2024, apresentar suas justificativas, com fundamento no artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, e no artigo 210, inciso III, do Regimento Interno desse Egrégio Tribunal de Contas.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Diante do último pedido de dilação de prazo efetuado pela Origem (Evento 96.1) e o r. Despacho (Evento 162.1), publicado no DOE/TCESP em 21 de outubro de 2024, em que o Ilustre Conselheiro concedeu o prazo de 10 (dez) dias adicionais para apresentação das Justificativas e, considerando a contagem do prazo apenas em dias úteis – Comunicado GP nº 08/2016; a suspensão do prazo no dia 28/10/2024 (segunda-feira) Dia



do Servidor Público, conforme o artigo 1º do ATO GP Nº 4/2024, o termo final para as presentes Justificativas será em 05/11/2024 (terça-feira).

2. DA SÍNTESE DOS AUTOS

Tratam os autos do exame das Contas anuais da PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA referente ao exercício de 2023.

A Fiscalização foi levada a termo pela Douta Unidade Regional de São José do Rio Preto – UR.8, que em seu relatório conclusivo suscitou apontamentos que serão esclarecidos a seguir (evento 141.66).

Desta feita, o Ilustre Conselheiro assinalou prazo aos interessados para a apresentação de justificativas (evento 145.1).

É o que se passa a fazer.

3. CONSIDERAÇÕES PREÂMBULARES AO MÉRITO

3.1 Do atendimento de todos os índices constitucionais e legais

Antes de se adentrar ao mérito dos apontamentos realizados pela Douta UR.8, é essencial sublinhar que a conclusão que se extrai do relatório da r. Fiscalização, e que deve nortear o juízo pela emissão de parecer favorável à sua aprovação, é a de que todos os índices constitucionais e legais foram atendidos pela Manifestante no exercício em análise.

Ademais, destaca-se o precedente de regularidade das contas anuais da Manifestante, fato que comprova a atuação diligente, proativa e comprometida com a qualidade dos serviços públicos prestados à população (evento 141.66 fls.5).



A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados, os seguintes **Pareceres** de suas Contas:

Exercícios	Processos	Trânsito em julgado	Pareceres	Principais itens que ensejaram o parecer desfavorável
2021	007221.989.20-5	20/02/2024	Favorável com advertência e determinação	---
2020	003238.989.20-6	15/12/2022	Favorável com recomendações	---
2019	004890.989.19-7	13/08/2021	Favorável com recomendações e determinações	---

As contas de 2022, objeto do TC-004268.989.22-5 encontram-se em trâmite Nesse E. TCESP.

Cumprir informar que as contas do exercício de 2022, tiveram emissão de parecer favorável pela Colenda Segunda Câmara, conforme acórdão publicado no DOE/TCESP do dia 18/10/2024 (evento 162.1 do TC-4268.989.22-5).

Nessa esteira caminha as presentes contas.

A d. Fiscalização destacou os bons índices alcançados pela gestão que manteve os pontos positivos constatados nas contas dos exercícios pretéritos, o que demonstra a atuação comprometida e responsável, confira-se:

1. **Resultado da Execução Orçamentária** - superávit de 6,55%;
2. **Receitas** – Não foram encontradas irregularidades;
3. **Despesas** – Não foram encontradas irregularidades;
4. **Emendas Parlamentares Individuais** – Não houve transferência efetuadas pelo Governo do Estado de São Paulo;
5. Limite de 95% artigo 167-A da Constituição Federal – Não superado;
6. **Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial** – superávit;
7. **Dívida de Curto Prazo** – favorável;
8. **Precatório** – Quitação integral;



9. **Requisitório de Baixa Monta** – Quitação integral no exercício de R\$ 132.790,62;
10. **Encargos** – Quitação integral, ausente apontamento de irregularidade. O município dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária;
11. **Transferência à Câmara** – Observado o limite do art. 29-A da Constituição Federal;
12. **Limites da LRF** – Todos respeitados, inclusive quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantia e Operações de Crédito e Antecipação de Receita Orçamentária;
13. **Despesa com Pessoal** – Observado o limite legal correspondente a 28,85%;
14. **Subsídios dos Agentes Políticos** – Não houve situação de acúmulo, bem como de não foram constatados pagamentos maiores que os fixados;
15. **Aplicação de recursos na Educação** – Atendidos todos os mínimos constitucionais, inclusive o mínimo de 70% do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação; e
16. **Aplicação de recursos na Saúde** – Atendidos todos os mínimos constitucional/legal.

Ainda, cumpre destacar a manutenção do índice I-EGM com nota “B” no exercício de 2023, o que significa EFETIVA o grau da gestão municipal, índice igualmente alcançado nos exercícios de 2020 a 2022(evento 141.66 fls.3):

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
IEG-M	B	B	B	B
i-Planejamento	C+	C	C+	C+
i-Fiscal	B	B+	B	B
i-Educ	B	B	C+	B
i-Saúde	B	B	B	B
i-Amb	B	C	C+	B
i-Cidade	C+	B	C+	B+
i-Gov-TI	B	C+	C+	B



Veja, Excelência, houve uma melhora expressiva do índice nas áreas de Educação, Ambiental, Cidade e Tecnologia da Informação, mantida a nota “B” para a área da Saúde, restando comprovada, portanto, a boa ordem das contas em apreço, o comprometimento da gestão municipal com observância aos mínimos constitucionais, limites da LRF e alcance do índice I-EGM como Adequado por essa Egrégia Corte de Contas.

Em que pese o apontamento de impropriedades, notório que os bons índices alcançados pela gestão devem ser sopesados no julgamento das presentes contas, considerando que o entendimento aqui exposto não é inédito nesse E. Tribunal de Contas.

Destacam-se excertos de decisões da lavra de Vossa Excelência, cuja similitude com o presente caso permite entender pelo juízo de aprovação, haja vista que referidas decisões foram pela emissão de parecer favorável às contas considerando o cumprimento dos principais índices constitucionais, vejamos:

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ATENDIDOS OS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS. PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA NOS PRÉDIOS PÚBLICOS. AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS – AVCB. DEMANDA REPRIMIDA DE VAGAS NAS CRECHES. GRATIFICAÇÃO E HORAS EXTRAS PAGAS A SERVIDORES COMISSIONADOS. REPRIMENDA. FAVORÁVEL. RESSALVAS. RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO¹.

¹ TC-004286.989.22-3. Contas Anuais. Conselheiro Relator Dimas Ramalho. Primeira Câmara, sessão de 28/05/2024.



EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO AMPARADO EM SUPERÁVIT FINANCEIRO ANTERIOR. ATENDIDOS OS PRINCIPAIS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO².

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ATENDIDOS OS PRINCIPAIS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO³.

Dos julgados em destaque, verifica-se que Vossa Excelência vem conferindo o beneplácito de emissão de parecer favorável às contas municipais em situação análoga ao presente caso, e mesmo com o registro de apontamentos, prevaleceu o juízo favorável fundamentado pela boa ordem das contas.

No caso em concreto, o que se verifica são alguns achados que não apresentam o condão de macular os bons resultados alcançados, como bem ponderado por Vossa Excelência nos julgados supramencionados.

Desta feita, considerando o até exposto, certo do juízo de emissão de parecer favorável às contas em análise, ausente apontamento com força suficiente para aniquilar toda a matéria, conforme passa-se a demonstrar.

4. DO MÉRITO

4.1 ITEM A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

² TC-006864.989.20-7. Contas Anuais. Conselheiro Relator Dimas Ramalho. Primeira Câmara, sessão de 03/10/2023.

³ TC-003985.989.22-7. Contas Anuais. Conselheiro Relator Dimas Ramalho. Primeira Câmara, sessão de 03/09/2024.



A d. Fiscalização registrou alguns apontamentos no âmbito das fiscalizações ordenadas tratadas nos autos do TC- 7511.989.23-8, acerca dos seguintes temas: (i) I Fiscalização Ordenada 2023 - Unidades de Saúde - Estratégia Saúde da Família - ESF Dr. Custódio Ribeiro de Carvalho; (ii) III Fiscalização Ordenada 2023 - Resíduos Sólidos; (iii) IV Fiscalização Ordenada 2023 - Escolas de Tempo Integral - EMEB Professora Zenaide Rugai Fonseca; e (iv) Fiscalização Ordenada - Transferências Especiais - Emendas PIX.

Deve-se sopesar que a Manifestante sempre atendeu de forma diligente às requisições e notificações dessa E. Corte de Contas, não havendo contumaz desrespeito aos comandos proferidos, seja pelos eminentes Conselheiros ou pelos diligentes agentes de fiscalização. Bem ao contrário. A gestão por meio de seus secretários, buscou contribuir com o exemplar trabalho desenvolvido por este Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

A exemplo desta Egrégia Corte de Contas, que atua de forma transparente, assim é a atual gestão que respondeu e responde a todas as notificações dos processos em trâmite, isso porque se busca a transparência dos atos, a probidade e o compromisso com o interesse público

Dessa forma, não há que se falar em dolo ou má-fé da Manifestante, haja vista a constante atuação junto a este Egrégio Tribunal de Contas, considerando, ainda, os esclarecimentos prestados e que serão demonstrados na presente peça defensiva.

Diante do exposto, requer-se, desde já, a ponderação dessa E. Corte de Contas, na análise da matéria considerando a falha como excepcional, a boa-fé e comprometimento da atuação da Manifestante.

4.2 ITEM A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO



Constou no relatório conclusivo elaborado pela d. Fiscalização, as seguintes impropriedades:

- (i) Não há evidência, nos relatórios elaborados, de análise de processos licitatórios tampouco de acompanhamento das incorreções, determinações e recomendações do E. TCESP;
- (ii) Controle Interno não realizou o acompanhamento dos repasses e aplicações de recursos às entidades do terceiro setor;
- (iii) O Controle Interno não elaborou o Plano Operativo Anual;
- (iv) Desatendimento ao disposto nos artigos 66 e 67, das Instruções TCESP nº 01, de 22 de setembro de 2020, comprometendo o pleno atendimento aos artigos 70 e 74, da Constituição Federal, bem assim ao artigo 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao parágrafo único do artigo 38, da Lei Orgânica desta Corte.

Em que pese o entendimento da Fiscalização, os apontamentos não devem ser acolhidos, haja vista que o sistema de Controle Interno foi instituído, com o registro de elaboração de relatórios.

Decerto, que a ausência de relatórios seria falha mais gravosa e teria impacto se a gestão tivesse registros de ilegalidades, atos ímprobos, má gestão de recursos, atuação diversa de sua finalidade e tantos outros pontos; mas nenhum deles ocorreu.

Assim sendo, se não houve prejuízo prático, tampouco prejuízo ao interesse público e ao erário, não há que se falar em irregularidade, e, sim, em falha que já tem se buscado corrigir.



Quanto a suscita ausência do Plano Operativo Anual, informa-se que a Controladoria elaborou o Plano Anual de Atividades (**DOC01. Plano de Anual de Atividades**).

Além disso, atuou ativamente nas auditorias dos processos licitatórios, conforme faz prova as requisições realizadas à Secretaria de Administração e à Diretoria da Divisão de Planejamento de Compras (**DOC02. Retirada de processos licitações**).

A propósito, em casos semelhantes essa Colenda Corte de Contas já julgou contas como regulares, com ressalvas, em razão de questões sobre a matéria, relevadas falhas de natureza meramente formal, confira-se:

Quanto ao Controle Interno, instituído pela Lei nº 573/142 (evento 13.6), designou-se como responsável a servidora ocupante do cargo efetivo de Secretária da Câmara. Os correspondentes relatórios do Setor foram elaborados com o apoio da empresa “Confiatta Sistemas e Tecnologia Ltda-ME3” (evento 13.17) contratada para tal finalidade, o que constituiu objeto de crítica pela Fiscalização, por entender que os mesmos não promoveram análise mais aprofundada da gestão, comprometendo a efetiva atuação do Controlador Interno, estabelecida no artigo 74 da Constituição Federal. (...)

As demais falhas anotadas durante a instrução também não ostentam gravidade para comprometer a matéria como um todo, podendo ser alçadas ao campo das recomendações ao Legislativo, com vistas a coibir eventuais reincidências e aperfeiçoar suas atividades⁴.

No que se refere aos itens “A.3” e “C.2”, acompanho a manifestação do MPC no sentido de recomendar à Edilidade para que adote medidas concretas para o efetivo

⁴ TC-005118/989/19-3, Conselheiro Renato Martins Costa, j. 01/06/2021



funcionamento do sistema de Controle Interno, com a elaboração periódica de relatórios e a regularização das ocorrências apontadas pelo controlador interno, em cumprimento ao artigo 74 da Constituição Federal, bem como o Comunicado SDG nº 32/2012. (...)

Em relação ao item “D.2”, recomendo ao Legislativo para que promova ajustes para garantir a fidedignidade das informações enviadas a esta Corte por meio do Sistema AUDESP, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil⁵.

Vê-se que, em situações de falhas mais graves, até mesmo de ausência de relatório mensal, não constitui motivo suficiente para reprovação das contas, principalmente, por não haver qualquer prejuízo.

Portanto, de rigor que o presente registro seja conduzido ao campo das recomendações considerando sua natureza formal e que não obsta o juízo de regularidade da matéria.

4.3 ITEM B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)

Quanto ao planejamento das políticas públicas, a D. Fiscalização apontou as seguintes supostas falhas:

- (i) Realização de audiência pública para debater a LDO às 18h00, coincidindo com o encerramento do horário comercial, o que dificulta a participação popular;
- (ii) A Prefeitura não realizou diagnóstico anteriormente ao planejamento, através do levantamento formal de seus problemas, necessidades e deficiências;

⁵ TC-005221/989/19-7, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, j. 20/10/2020



- (iii) Não há o estabelecimento de metas financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA, são estabelecidas apenas metas físicas;
- (iv) Embora a Origem afirme que houve a elaboração de Relatório Anual de Avaliação dos programas finalísticos do PPA, informa que não houve a publicação dos resultados;
- (v) Na Lei Orçamentária Anual (LOA) há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto até o limite de 15%, percentual bem acima da inflação (IPCA acumulado de julho/22 a junho/23 foi de 3,13%), o que é condenado pelo E. TCESP;
- (vi) Embora tenham sido constatadas diversas impropriedades por essa fiscalização, nos relatórios elaborados pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) não houve comunicação de nenhuma irregularidade ou ilegalidade em 2023; e
- (vii) Não houve a elaboração do Plano Operativo Anual do Controle Interno.

A Secretaria de Planejamento e Finanças, no Memorando nº 48/2024, esclareceu, pormenorizadamente, todos os pontos acima elencados no relatório de fiscalização (**DOC03.Memorando nº48.2024 - Planejamento e Finanças**).

À luz dos esclarecimentos apresentados pela área, não há que falar em juízo de irregularidade da matéria.

Observa-se que os apontamentos não apresentam força suficiente para reprovação de contas, sendo certo que a atual gestão sempre esteve comprometida em aperfeiçoar as ações para alcance das políticas públicas no município.



4.4 ITEM B.2. ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-fiscal/IEGM)

A d. Fiscalização registrou as seguintes impropriedades:

- (i) Não foi instituído procedimento de revisão do cadastro imobiliário estabelecendo a sua periodicidade;
- (ii) Embora o Município tenha instituído normativo que obrigue o(s) Cartório(s) de Registro de Imóveis e Distribuidor(es) a informar periodicamente as transmissões imobiliárias realizadas no seu território, para fins de incidência do ITBI, não consta de citado normativo previsão de aplicação de multa pelo não atendimento;
- (iii) Anexo de Metas Fiscais, que integra a LDO, não contém demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita para o respectivo exercício orçamentário; e
- (iv) A Prefeitura não possui controle de todas as ações judiciais em que é parte, polo passivo.

Os esclarecimentos quanto aos achados da d. Fiscalização foram tecidos pela Secretaria de Planejamento e Finanças (DOC03.Memorando nº48.2024 - Planejamento e Finanças).

Dessa forma, como mencionado no tópico acima, os apontamentos não têm o condão de macular as contas em apreço, considerando os esclarecimentos apresentados e a boa ordem da gestão.

4.5 ITEM B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEGM)



Quanto à execução das políticas públicas de ensino, a Douta Fiscalização realizou os seguintes apontamentos:

- (i) Falta de fidedignidade na prestação de informações para apuração do IEG-M-2022;
- (ii) Diversos estabelecimentos de ensino da rede municipal que oferecem Creche, Pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental não possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou necessitavam de algum tipo de manutenção/ reparo (elétrico, hidráulico, estrutural, etc.);
- (iii) O Município possui 20 veículos para transporte escolar de alunos com mais de 10 anos de fabricação;
- (iv) Nem todos os veículos para transporte escolar de alunos estão em boas condições de uso;
- (v) O Município não possui Plano Municipal pela Primeira Infância;
- (vi) O Conselho Municipal de Educação não aprovou as contas da Secretaria Municipal de Educação referentes ao exercício de 2023; e
- (vii) A Prefeitura não ofereceu formação aos conselheiros sobre a execução do PNAE e temas que possuam interfaces com este Programa.

De início, quanto aos Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, cumpre salientar que se encontram pendentes os AVCB de somente 7 7 (sete) unidades de ensino, os quais, todavia, estão em fase de regularização, conforme declaração da Secretaria de Educação (**DOC04.AVCB_Escolas**).



Ainda, quanto ao apontamento de o Município não possui Plano Municipal pela Primeira Infância, a Secretaria Municipal da Educação informou a existência de progressos para a instituição de tal plano, que se encontra em fase de elaboração.

Para que isso aconteça de forma transparente e que tenha a participação de todos os segmentos foi emitido o Decreto nº 9.269, de 20 de setembro de 2024, que dispõe sobre a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância e institui a Comissão Municipal encarregada de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância⁶.

Já em relação ao apontamento referente aos veículos de transporte escolar de alunos, informa-se que desde 2007 a Secretaria de Educação em iniciativa com o Governo Federal – SIMEC/PAR, com solicitação de novos veículos. Durante o período o município recebeu alguns utilitários nos anos de 2012 a 2017.

Destaca-se que desde 2021 o município intensificou as solicitações para o fim de substituir todos os veículos com mais de 10 anos de uso, conforme abaixo:

PAR 2021 – 2024 – INICIATIVAS SOLICITADAS

⁶ Disponível em: <https://dosp.com.br/exibe_do.php?i=NTUwODQ5>.



-		SP21025EFREG0907722024		1	025 - Adquirir caminhão frigorífico	Programa Nacional de Alimentação Escolar	Veículo	Ensino Fundamental	Educação Regular	Urbana	R\$489.244,00	Aguarda análise
-		SP21025EFREG0907722022	24	1	025 - Adquirir caminhão frigorífico	Programa Nacional de Alimentação Escolar	Veículo	Ensino Fundamental	Educação Regular	Urbana	R\$489.244,00	Aguarda análise
-		SP21025EFREG0907722023		1	025 - Adquirir caminhão frigorífico	Programa Nacional de Alimentação Escolar	Veículo	Ensino Fundamental	Educação Regular	Urbana	R\$489.244,00	Aguarda análise
-		SP21025EFREG0907722021	23	1	025 - Adquirir caminhão frigorífico	Programa Nacional de Alimentação Escolar	Veículo	Ensino Fundamental	Educação Regular	Urbana	R\$489.244,00	Aguarda análise
-		SP21026TREG0909792021	26	1	026 - Apoiar despesas de custeio no âmbito da política pública de transporte escolar	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar	Transporte Escolar - Custeio - Emenda parlamentar	Todos	Educação Regular	Urbana	R\$377.050,00	Aguarda análise

Grife-se, nessa direção, que a Secretaria Municipal de Educação tem tomado todas as medidas necessárias para que a frota sempre esteja renovada, solicitando junto aos Governo Federal e Estadual, veículos que auxiliem o Município no Transporte Escolar.

Como já mencionado, os veículos com mais de 10 anos, já estão em fase de reposição, com solicitação junto ao Governo do Estado e, no momento, aguarda-se a liberação das análises junto ao Governo Federal.

4.6 ITEM B.3.2. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DO ENSINO

No relatório conclusivo da d. Fiscalização, foram elencadas as seguintes irregularidades nas unidades de ensino:

- (i) Diversas Unidades Escolares com problemas estruturais (pinturas descascadas, infiltrações, vazamentos etc.) e falta de acessibilidade;
- (ii) Planejamento falho/deficiente e sem coesão entre as peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA);



(iii) Veículos que realizam o transporte escolar com mais de 10 anos de uso, não havendo no planejamento previsão de substituição dessa frota, o que pode vir a comprometer o pleno atendimento dessa população no futuro.

As peças de planejamento PPA, LDO e LOA são elaboradas em diferentes momentos e cada uma reflete o momento financeiro atual na sua elaboração, sendo que sempre a última peça elaborada atualiza a peça anterior.

Cabe informar que nas ações de Obras, Reformas e Ampliações são empenhadas somente obras e o município realiza manutenção permanente nas escolas, contabilizada como Prestação de serviços, nas devidas ações de Manutenção do ensino, como:

2.055 – Manutenção das atividades das creches;

2.056 – Manutenção das atividades da educação infantil;

2.057 – Manutenção das atividades de ensino fundamental.

Quanto ao apontamento referente aos veículos escolares, ratifica-se os esclarecimentos constantes no tópico acima (4.5 Item B.3. Execução das Políticas Públicas do Ensino), razão pela qual entende-se afastada tal impropriedade.

Em que pese os demais apontamentos constantes no tópico, certo que não comprometem o juízo favorável às contas, sendo o objetivo da gestão saná-las o mais rápido possível uma vez que disponíveis os recursos e meios necessários, dentre as inúmeras medidas de urgência ainda por ventura pendentes, para a definitiva adequação dos referidos pontos.



Sem embargos aos avanços já noticiados, em demonstração da capacidade de realização da atual gestão, desde já se requer que sejam alçadas ao campo das recomendações falhas de natureza formal.

4.7 ITENS B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA SAÚDE (i-Saúde/IEGM) e B.4.1. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA SAÚDE

A Fiscalização suscitou lista de falhas quanto à área da Saúde.

Na esteira do esclarecido no tópico 4.5 Item B.3. Execução das Políticas Públicas do Ensino, as falhas suscitadas não apresentam força probante suficiente para macular o juízo de emissão favorável às contas de 2023.

A Secretaria Municipal de Saúde, ofertou os esclarecimentos pertinentes aos pontos abordados no relatório da Fiscalização (DOC05.Ofício nº 505.2024_Saúde).

Como bem destacado pela d. Fiscalização, o índice do I-EGM na Saúde foi nota “B”, ou seja, EFETIVA:

B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva apresenta efetividade, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
i-Saúde	B	B	B	B

Constata-se que o I-EGM manteve-se como efetiva mesmo em tempos de instabilidade causada pela COVID-19, tal fato deve ser sopesado e considerado por essa E. Corte de Contas.



Dessa forma, apresentadas as justificativas pertinentes, não há razão para o juízo de reprovação, certo de que eventual falha de natureza formal deverá ser encaminhada ao campo das recomendações.

4.8 ITENS B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (I-Amb/IEG-M) e B.5.1. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Em relação à execução de políticas públicas ambientais, a Douta Fiscalização pontuou o que se segue:

- (i) Falta de fidedignidade das informações prestadas;
- (ii) A Prefeitura Municipal não realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos;
- (iii) A Prefeitura não fiscalizou a emissão de poluentes de combustíveis fósseis (diesel) na frota municipal; não existe licença de operação da CETESB para a Área de Transbordo e Triagem (ATT) de Resíduos da Construção Civil; antes de aterrar o lixo, o Município não realiza nenhum tipo de processamento de resíduos;
- (iv) Existência de pontos de descarte irregular de lixo no Município; e
- (v) Centro de triagem de coleta seletiva de resíduos desativada; área não licenciada para disposição de resíduos da construção civil, que também serve de local para disposição indevida de resíduos da limpeza urbana e resíduos volumosos; diversos locais no Município servindo para descarte irregular de lixo.

A Secretaria Municipal de Saúde, ofertou os esclarecimentos pertinentes aos pontos abordados no relatório da Fiscalização (DOC06.Ofício nº 237.2024_Ambiental).



Em que pese os apontamentos suscitados pela d. Fiscalização, cumpre destacar o avanço nas políticas ambientais no município, que, não por acaso, resultou na melhora do I-EGM de nota “C+” para “B”:

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra evolução, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
i-Amb	B	C	C+	B

Demonstra-se, assim, que a gestão vem adotando as medidas necessárias para o sanear os pequenos desacertos pertinentes às áreas de fiscalização por porte desse Tribunal de Contas.

Por fim, percebe-se pelos resultados alcançados a necessidade de se considerar a atuação proativa da gestão, relevando-se as falhas de natureza formal ao campo das recomendações.

4.9 ITEM B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (I-Cidade/IEG-M)

No presente item a fiscalização, dentre outros, registrou os seguintes apontamentos:

- (i) Falta de fidedignidade das informações prestadas;
- (ii) Não há manutenção adequada de todas as vias públicas do Município;
- (iii) O Município não possui cadastro da lista de fornecedores para coleta e distribuição de suprimentos de ajuda humanitária para o caso de desastre.



Em relação aos apontamentos, pertinente esclarecer que há Carta de Suscetibilidade do município, disponível no site da Defesa Civil do Estado de SP⁷.

Além disso, carrega-se aos autos o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil 2023/2024 (**DOC07.Plano de Contingência**).

Informa-se que o Distrito de Bagaçu, apontado no relatório de fiscalização, recebe rotineiramente a manutenção das vias públicas.

Cumprir informar, ainda, que o Distrito de Ribeiro dos Santos e a sede municipal, foram contemplados com a contratação de recapeamento asfáltico mediante a Concorrência N° 17/2023, Contrato N° 189/2024, que teve sua Ordem de Serviço emitida em 13/06/2024 (**DOC08.Ordem de Serviço_Conc.17/2023**), e se encontrando dentro de cronograma de sua execução.

No que tange a manutenção dos bancos de praças, destaca-se que a manutenção é feita sob demanda e identificação de danos, muitas vezes provocados por vandalismo e depredação. O caso apontado foi encaminhado ao departamento responsável para substituição e/ou remoção das peças danificadas.

Pelo exposto, demonstra-se, uma vez mais, a atuação diligente da Manifestante em adequar e sanar os apontamentos pertinentes ao tema, não assistindo razão o juízo de desaprovação das contas.

4.10 ITEM B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)

Suscitou a d. Fiscalização acerca do tema:

⁷ Disponível em: https://www.sidec.sp.gov.br/map_risco/uploads/doc1611694624.pdf, e https://www.sidec.sp.gov.br/map_risco/uploads/doc1611758790.zip



- (i) Falta de fidedignidade das informações prestadas;
- (ii) A solicitação por meio do e-SIC não é simplificada;
- (iii) A Prefeitura não estabelece procedimentos e responsabilidades quanto ao uso da tecnologia da informação pelos funcionários municipais;
- (iv) Os riscos de TIC não são identificados de acordo com as normas brasileiras da família ISO/IEC 27000, tampouco com as normas da ABNT NBR ISO/IEC 31000;
- (v) A Prefeitura não dispõe de política de cópias de segurança (backup) formalmente instituída como norma de cumprimento obrigatório;
- (vi) O Município não regulamentou a Lei sobre Eficiência Pública (Governo Digital);
- (vii) O Município não atende de forma integral a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Quanto aos apontamentos relacionados neste item, remete-se aos esclarecimentos apresentados pela Secretaria Municipal de Administração (**DOC09.Ofício nº 35.2024-SMA**).

Na esteira do tópico acima, em que pese os apontamentos suscitados pela d. Fiscalização, cumpre destacar a melhora do I-EGM de nota “C+” para “B”:

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra evolução, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
i-Gov-TI	B	C+	C+	B



Assim, constata-se que a Manifestante tem dado atenção ao tema, não sendo possível acatar aos apontamentos, os quais, quando muito, devem ser alçados ao campo de recomendações.

4.11 ITENS C.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA; C.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO e C.1.6. DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

Quanto aos itens em questão, anote-se que tais pontos foram esclarecidos pela Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (DOC03.Memorando nº48.2024 - Planejamento e Finanças).

Em relação ao apontamento de elevado índice de alteração orçamentárias, informa-se que o índice estabelecido na LDO e LOA é de 15% para transposição, remanejamento e transferência, portanto, se trata de autorização, o que não significa dizer que serão utilizados durante a execução orçamentária, tanto que o referido índice não é utilizado na sua totalidade.

No que se refere à divergência nos valores apontados no Sistema Audesp, a Secretaria de Planejamento e Finanças constatou que não foi considerado pela Audesp alterações orçamentárias realizadas e que totalizam R\$ 180.146.970,70, devidamente esclarecida no documento ora carreado, afastando a impropriedade.

Já em relação ao aumento da dívida ativa, se esclarece que foi gerado em virtude da realização de financiamentos pela Administração Municipal, buscando recursos a serem utilizados na área de investimentos do município.

Em comparação com os exercícios pretéritos, a d. Fiscalização constatou aumento dos investimentos para o exercício de 2023:



Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2023	Superávit de	6,55%	17,35%
2022	Déficit de	5,64%	16,04%
2021	Superávit de	8,10%	8,26%
2020	Superávit de	2,48%	10,45%

Assim, ante os superávits constatado pela Fiscalização, não há falar em irregularidade.

No que se refere aos depósitos judiciais e extrajudiciais, a d. Fiscalização apontou que os registros contábeis não observaram as orientações da IPC-15 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Em análise, se constatou que há movimentações realizadas entre contas da Prefeitura por simples transferência, sendo o caso da recomposição do Fundo de Reserva da LC 151/2015, que não geram despesa ou receita, que por equívoco, não foram contabilizados.

Dessa forma, informa-se que serão realizados ajustes das contas para reconhecer as movimentações e acompanhamento mensal para conferência.

4.12 ITENS: C.1.7.3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA; C.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS; C.1.10.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO; C.1.10.1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO SEM NORMATIVO LEGAL QUE REGE A MATÉRIA; C.10.2. REALIZAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO DE FORMA HABITUAL E EM LIMITE ACIMA DO PERMISSIVO LEGAL; C.10.3. ACÚMULO DE FÉRIAS VENCIDAS; C.2.2. ORIENTAÇÃO PARA AS AÇÕES DA FISCALIZAÇÃO NOS ROTEIROS DAS CONTAS ANUAIS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DE 2023; C.2.4. AUSÊNCIA DE AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS (AVCB) EM IMÓVEIS OCUPADOS PELO PODER PÚBLICO



Quanto aos apontamentos relacionados neste item, remete-se aos esclarecimentos, pormenorizados de cada item, apresentados pela Secretaria Municipal de Administração (DOC09.Ofício nº 35.2024-SMA), Secretaria de Educação (DOC10.Item C.2.2_Educação), Secretaria de Turismo e Cultura (DOC11.Item C.2.2_Turismo e Cultura), Secretaria de Obras (DOC12.Item C.2.2_Obras), Secretaria de Esportes e Lazer (DOC13.Item C.2.2_Esportes), Ouvidoria (DOC14.Item C.2.2_Ouvidoria).

Dentre os apontamentos de revelo, se destaca os esclarecimentos para o item C.1.10.1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO SEM NORMATIVO LEGAL QUE REGE A MATÉRIA.

Com a devida vênia, não merece acolhida a alegação do agente de fiscalização de que “(...) a Prefeitura Municipal de Olímpia está realizando contratação de servidores temporários sem normativo legal que rege a matéria e mantendo-os (...)”.

Isso porque, como indicado no relatório conclusivo, se trata de apenas duas contratações e não são recentes, foram realizadas a mais de 10 (dez) anos, para atender ao Programa Academia da Saúde, ou seja, a atual gestão não deu causa ao apontamento.

Conforme dados enviados pela Origem via Sistema AudeSP (fls. 01, do arquivo 63, deste evento), constatamos que foram contratados dois servidores para o cargo de fisioterapeuta por processo seletivo e empossados nos cargos em 10/2014, os quais, conforme fichas financeiras juntadas às fls. 05/11, do arquivo 63, deste evento, permanecem lotados nos cargos a quase 10 anos.

Ainda, de acordo com os dados extraídos do documento de fls. 04, do arquivo 63, deste evento, referidas contratações se deram em decorrência do PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE – Portarias nºs 2.684/2013 e 719/2011.

Além do mais, suscitada falha não foi apontada nos exercícios anteriores, razão pela qual requer alçar o apontamento ao campo das recomendações.



Quando aos apontamentos no item C.10.3. ACÚMULO DE FÉRIAS VENCIDAS, informa-se que, infelizmente, a acumulação de férias é prática que vem de vários anos. Após a identificação desta irregularidade, como incentivo a fruição de férias, foi editado o Decreto nº 8.958/2023, que permitiu a conversão de até 3 (três) períodos de férias em pecúnia por exercício, o que vem reduzindo gradativamente os períodos em acúmulo.

4.13 ITEM C.2.3. REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO NAS UNIDADES DE ENSINO MUNICIPAIS

Apontou a d. Fiscalização o “*Desatendimento às Leis nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e 13.146, de 06 de julho de 2015 quanto à acessibilidade, várias Unidades Escolares visitadas possuem escadas de acesso ou rampa muito íngreme, além de degraus nas portas das salas de aula*”.

Conforme esclarecido pela Secretaria de Educação (DOC15.Atendimento Pedagógico Especializado), muitos dos prédios utilizados são antigos e, por essa razão, estão sendo adaptados para atender ao requisito de acessibilidade, conforme a necessidade dos alunos que são matriculados em cada unidade de ensino.

Dessa forma, demonstra-se que a impropriedade será sanada ao médio e longo prazo, considerando a disponibilização dos recursos necessários para as necessárias adaptações, não sendo motivo suficiente para o juízo de reprovação das contas ora em análise.

4.14 ITEM C.2.5. APLICAÇÃO IMPRÓPRIA DE RECURSOS PÚBLICOS POR ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR

No que diz respeito ao item, anotou a instrução que:

- I. Despesa imprópria realizada por Entidade do Terceiro Setor; e



II. Falta de fiscalização nas Entidades que recebem recursos públicos.

Com a devida vênia ao trabalho da d. Fiscalização, mas o apontamento não deve ser acolhido.

De início, carrega-se aos autos todos os relatórios das visitas *in loco* realizadas pela Controladoria na fiscalização dos contratos firmados com as entidades do terceiro setor (DOC.16 relatório visitas in loco fiscalização).

Considerando o conteúdo dos relatórios, de pronto, afasta-se o apontamento de ausência de atuação da Controladoria na fiscalização dos recursos. Nota-se a averiguação de pontos importantes, inclusive que se coadunam com o relatório elaborado pela d. Fiscalização.

Importa destacar, que há campo para considerações e recomendações, o que demonstra a atuação diligente da área responsável.

Já em relação às despesas impróprias, a D. Fiscalização apontou que havia aparelhos de TV sem uso no Abrigo São José de Olímpia, esclarece-se que em fiscalização, os aparelhos estão devidamente instalados e em uso, conforme faz prova o relatório de adequação apresentado pela Entidade (DOC17.Relatório de regularização - Terceiro Setor).

Diante do demonstrado, os apontamentos suscitados pela Fiscalização devem ser afastados.

4.15 ITEM D.1.2. DEMAIS APURAÇÕES SOBRE O FUNDEB

Constou no relatório de fiscalização o registro: “*O Município não atendeu às condicionalidades legais, em face do artigo 14 da Lei no 14.113, de 25 de dezembro de 2020, habilitando se a receber a complementação VAAR*”.



O Município não atendeu, no ano de 2023, as condicionalidades I e III, ficando inabilitado ao recebimento dos recursos do VAAR (Valor Aluno Ano Resultado) no exercício 2024.

Na condicionalidade I, embora o Município tenha gestores escolares efetivos por concurso público em todas as Unidades Escolares e tenha, também, inserido toda a documentação necessária (Plano de Carreira contendo as informações necessárias para comprovação do cargo efetivo com critérios técnicos e de mérito), o Ministério da Educação, em sua análise técnica, não aceitou, ressaltando a importância de acrescentar maiores informações de comparabilidade, como a inserção dos editais de concurso público de cada gestor- informações apresentadas em live de 05/01/2024), deixando o Município de Olímpia como inabilitado para o VAAR.

Na condicionalidade III, o Município de Olímpia também ficou inabilitado, pois segundo o Ministério da Educação, não comprovou a melhoria dos indicadores de aprendizagem dos alunos negros, pardos, amarelos e indígenas, conforme o indicador INSE (dados cruzados pelo INEP em decorrência do preenchimento dos questionários SAEB pelos alunos, além dos dados inseridos pelas Unidades Escolares no Censo Escolar, quanto à identificação de cor de cada aluno).

Relembre-se que a d. Fiscalização constatou a boa ordem em relação aos recursos do FUNDEB, atingidos os limites constitucionais, não havendo razão para o juízo de irregularidade.

4.16 ITEM E.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

Apontou a d. Fiscalização os seguintes registros:



- I. Nem todas as atas elaboradas pelos Conselhos Municipais constam da homepage da Prefeitura, algumas tiveram que ser requisitadas em nossa inspeção in loco, a exemplo das atas da saúde “Aprovação do PAS 2023, audiência pública do 3º quadrimestre de 2023 e aprovação do RAG 2023;
- II. Para fazer solicitações pelo e-sic é exigido identificação do requerente, tais como nome, e-mail e CPF, pois sem a inserção desses dados não é possível fazer o cadastro (arquivo 61, deste evento e questão 7.1 do i-Gov/TI).

O acesso, conforme informado, é referente à criação de conta para solicitação de informações através do portal e-SIC, como questões de cunho pessoal, financeiro, de imóvel de sua propriedade, ou seja, é mais um canal de informações em meio eletrônico onde informações como nome e CPF são necessárias para personalizar o atendimento, e o e-mail para ativação e recuperação da conta, bem como informar quanto à mudança de status de solicitação de informação.

Estes dados não são necessários para acessar informações de publicação obrigatórias e de interesse público, como no Portal de Transparência, Gestão Transparente, Licitações, etc.

Conforme artigo 10 da Lei nº 12527/2011 há um mínimo de informações para solicitação de dados referente ao relacionamento do cidadão com a prefeitura univocamente. Até mesmo para se evitar acesso a dados pessoais por pessoas não autorizadas.

“Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.



§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.”

Quanto ao apontamento referente à disponibilização das atas dos conselhos municipais, informa-se que será revista a forma de disponibilização das atas junto aos responsáveis para que possam ser consultadas no site da prefeitura.

Inexistindo, portanto, violação ao acesso à informação, pois tal apenas existiria caso informações não pudessem ser acessadas de nenhuma forma, impossibilitando o conhecimento de eventuais interessados, o que não se presencia no caso em comento.

Portanto, entende-se que o presente tópico não pode ser considerado irregular, no máximo, encaminhado ao campo das recomendações, o que se requer.

4.17 ITEM E.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Suscitou a d. Fiscalização acerca do tema: “*nos itens B.3, B.4, B.5, B.6, B.7, C.1.1, C.1.6, C.1.10, C.1.10.1 e C.2.3, deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema Audesp/IEGM*”.

A Secretaria de Planejamento e Finanças, apresentou os esclarecimentos pertinentes (DOC03.Memorando nº48.2024 - Planejamento e Finanças), bem como a Secretaria Municipal de Administração (DOC09.Ofício nº 35.2024-SMA).



Inexistindo, portanto, dolo acerca das divergências nas informações disponibilizadas, certo que a Manifestante sempre atuou diligentemente junto à Fiscalização, contribuindo com os trabalhos desse E. Tribunal de Contas.

Assim, notório que a existência de eventual falha, esta de natureza formal, deverá ser alçada ao campo das recomendações.

4.18 ITEM F.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

No que tange ao Atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o item 2.1, no qual visa alcançar segurança alimentar e melhoria nutricional, a Rede Municipal de Ensino conta com merenda terceirizada com cardápio elaborado por nutricionistas e afixado em murais nas escolas de fácil visibilidade por toda a comunidade escolar, garantindo merenda de boa qualidade e balanceada.

No item 4 dos ODS, que é garantia ao acesso à educação de qualidade e equitativa, promovendo oportunidades de aprendizagem da vida para todos, a Manifestante tem como objetivo garantir o acesso à educação a todos os alunos com comunicados de matrícula divulgado em Diário Oficial do Município para que todos os pais e responsáveis efetuem a matrícula de seus filhos menores, a Manifestante oferta Creche, Pré-Escola e Ensino Fundamental nos anos iniciais.

Além disso, são realizadas avaliações externas para verificar o nível de aprendizagem, compras de livros e jogos pedagógicos, formação continuada dos profissionais docentes e material didático gratuito.

No item 11.2 sobre transporte, a Secretaria de Educação oferta transporte gratuito para alunos da zona rural e disponibiliza motoristas e ônibus para alunos que moram a uma distância de 2 km da escola, quando não há vaga em escola próxima a sua residência.



No objetivo de desenvolvimento sustentável, item 16. a cultura da paz inicia nas escolas por meio de um projeto de combate ao bullying, o município segue a lei de combate ao Bullying em forma de projetos⁸.

Informa-se, que a Secretaria de Educação aderiu ao projeto Amigo sim! Bullying não com palestras a alunos e professores para conscientizar a não prática da violência escolar por meio de jogos e atividades lúdicas⁹.

Pelo exposto, demonstra-se, uma vez mais, a atuação diligente da Manifestante em adequar e sanar os apontamentos pertinentes ao tema, não assistindo razão o juízo de desaprovação das contas por ausência de falha grave que tenha causado prejuízo ao interesse público envolvido.

4.19 ITEM F.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES DO TCESP

Constou no relatório da d. Fiscalização o não atendimento às recomendações constantes nas contas de 2019 – TC 004890.989.19-7 e 2020 – TC 003238.989.19-7, cujo trânsito em julgado ocorreram em 13/08/2021 e 15/12/2022, respectivamente.

É importante ressaltar as ações da Manifestante ausente dolo e culpa, certo de que não há negligência, considerando aos desafios da gestão, principalmente em período de enfrentamento dos efeitos da pandemia.

⁸ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/o/olimpia/lei-ordinaria/2010/349/3487/lei-ordinaria-n-3487-2010-dispoe-sobre-a-inclusao-de-medidas-de-conscientizacao-prevencao-e-combate-ao-bullying-escolar-no-projeto-pedagogico-elaborado-pelas-escolas-publicas-de-educacao-basica-do-municipio-de-olimpia-e-da-outras-providencias?q=Lei+n%C2%BA+3487%2C+de+10+de+novembro+de+2010>.

⁹ Disponível em: <https://regional24horas.com.br/noticia/olimpia-adere-a-projeto-de-combate-ao-bullying-para-conscientizar-alunos-das-escolas-municipais/7622>.



Registra-se que a Manifestante envidou esforços nas gestões 2019/2020, e dar atendimento as recomendações dessa E. Corte de Contas, não quedando-se inerte, o que se requer a consideração de Vossa Excelência, já que se buscou de todas as formas sanar os apontamentos.

Demonstra-se a adoção de medidas conforme esclarecimentos apresentados pela Secretaria de Administração (DOC09.Ofício nº 35.2024-SMA).

Adstrito, importante destacar que os apontamentos suscitados pela Fiscalização não são suficientes para o juízo de irregularidade das contas, haja vista que não comprometem os bons resultados alcançados no exercício em análise.

Nesse sentido, é a jurisprudência recente dessa E.Corte de Contas ao enfrentar apontamentos análogos ao caso em análise:

EMENTA: CONTAS ANUAIS. FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÕES. Falhas PREFEITURA MUNICIPAL. no Controle Interno e no Planejamento. Alterações Orçamentárias. Cargos Comissionados desprovidos das características próprias. Atendimento aos índices constitucionais e legais. Parecer Favorável. Recomendações¹⁰.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO AMPARADO EM SUPERÁVIT FINANCEIRO. ATENDIDOS OS PRINCIPAIS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. AUMENTO DA DÍVIDA DE LONGO PRAZO. EXCESSO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. NECESSIDADE DE APRIMORAR O SETOR DE PLANEJAMENTO. DÉFICIT DE VAGAS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO. CONTRATAÇÕES

¹⁰ TC-003040.989.20-4. Conselheiro Relator Antonio Roque Citadini. Primeira Câmara, sessão de 19/07/2022.



TEMPORÁRIAS. HORAS EXTRAS HABITUAIS. ACÚMULO DE FÉRIAS VENCIDAS. FAVORÁVEL RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO¹¹.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. CUMPRIMENTO DOS VETORES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. IEGM. DESCONFORMIDADE OPERACIONAIS. RELEVADAS COM DETERMINAÇÕES. ACÚMULOS DE FÉRIAS VENCIDAS. PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS POR ACESSO. SITUAÇÕES REITERADAS HÁ VÁRIOS EXERCÍCIOS. COMUNICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO. **PARECER FAVORÁVEL. COM RECOMENDAÇÃO. COM ALERTA.** COM OFÍCIO AO CORPO DE BOMBEIROS. COM OFÍCIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO¹².

Considerando a jurisprudência desta Egrégia Corte de Contas, por segurança jurídica, requer-se a aplicação do entendimento às contas de 2023 da Prefeitura de Olímpia, encaminhado dos apontamentos de natureza formal ao campo das determinações.

Por todo o exposto, em razão de todas as zelosas providências minudentemente alinhavadas nestas justificativas, que denotam o costumeiro zelo da Origem para com a *res publica*, somado ao compromisso contínuo da gestão municipal em empreender esforços para rotineiramente aperfeiçoar a atuação administrativa, a emissão de parecer favorável às contas do exercício de 2023 é medida que se impõe, sem embargo das eventuais recomendações que esta Egrégia Corte de Contas considerar cabíveis, no exercício de sua relevantíssima competência pedagógica.

5. DOS PEDIDOS

¹¹ TC-003944.989.22-7. Conselheiro Relator Dimas Ramalho. Primeira Câmara, sessão de 11/06/2024.

¹² TC-006970.989.20-8. Conselheira Cristiana de Castro Moraes. Segunda Câmara, sessão de 26/09/2023.



Diante do exposto, e considerando todos os elementos que esclarecem os pontos controvertidos, comprovando a regularidade dos atos administrativos praticados, requer-se a Vossa Excelência, EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL às contas de 2023 da PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA, dando quitação ao responsável.

Outrossim, caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, em atendimento ao princípio da eventualidade, requer sejam aprovadas as contas COM RECOMENDAÇÃO, uma vez que o interesse público foi alcançado materialmente, não podendo eventual falha formal maculá-lo.

Por fim, coloca-se à inteira disposição desse Egrégio Tribunal de Contas para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários para auxiliar no exercício de sua nobre função fiscalizadora.

Termos em que

Pede deferimento.

São Paulo, 4 de novembro de 2024

PERCIVAL JOSÉ BARIANI JUNIOR

OAB/SP N° 252.566

ADRIANE MARIA GONÇALVES

OAB/SP N° 437.211

DAYANA RIBEIRO DA SILVA

OAB/SP N° 453.987